

CNPJ: 68.455.429/0001-07 ELEIÇÃO 2026 ALCYIA EDUARDA OLIVEIRA DA SILVA DEPUTADO
ESTADUAL FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PT/PC do B/PV)



CADERNO DE PROPOSTAS

DEPUTADA ESTADUAL
Alcyia **133000**
DA BANCADA NEGRA



A Bancada Negra apresenta, neste caderno, uma proposta para a Alagoas que queremos. O momento da eleição é uma etapa que a Bancada Negra reconhece como fundamental para apresentarmos nosso modo de pensar sobre nosso cotidiano e como visualizamos as políticas públicas.

As propostas apresentadas pela Bancada Negra foram construídas ao longo dos últimos anos, através dos debates e rodas de conversa proporcionados pelas Reuniões Abertas da Bancada Negra.

É fundamental compreendermos que esse trabalho coletivo só foi possível através da participação de vários atores que lutam por uma Alagoas que valorize as representatividades e as diversidades das lutas sociais.

Buscamos uma cadeira para a Assembleia Legislativa de Alagoas e, com isso, queremos fazer a diferença no debate público, cobrando do Executivo estadual políticas públicas efetivas para as camadas da população sub-representadas nos espaços de poder e construir, de forma efetiva, um mandato coletivo em que a população negra, LGBTQIA+ e as mulheres tenham verdadeiras vozes.

Por isso, apresentamos nosso modo de enxergar a política, nos baseando na construção coletiva e diária, buscando referências no passado, nas nossas ancestralidades, para construir um futuro em que as diversas maneiras de viver o mundo sejam respeitadas.

Não é o conservadorismo que irá nos parar.

Leia nossas propostas, compartilhe com amigos e familiares e, certamente, faremos uma grande história em Alagoas.

É hora de enfrentar aqueles que sempre nos quiseram fora da política.

OUTRA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA É POSSÍVEL!

Imagina a gente lá!



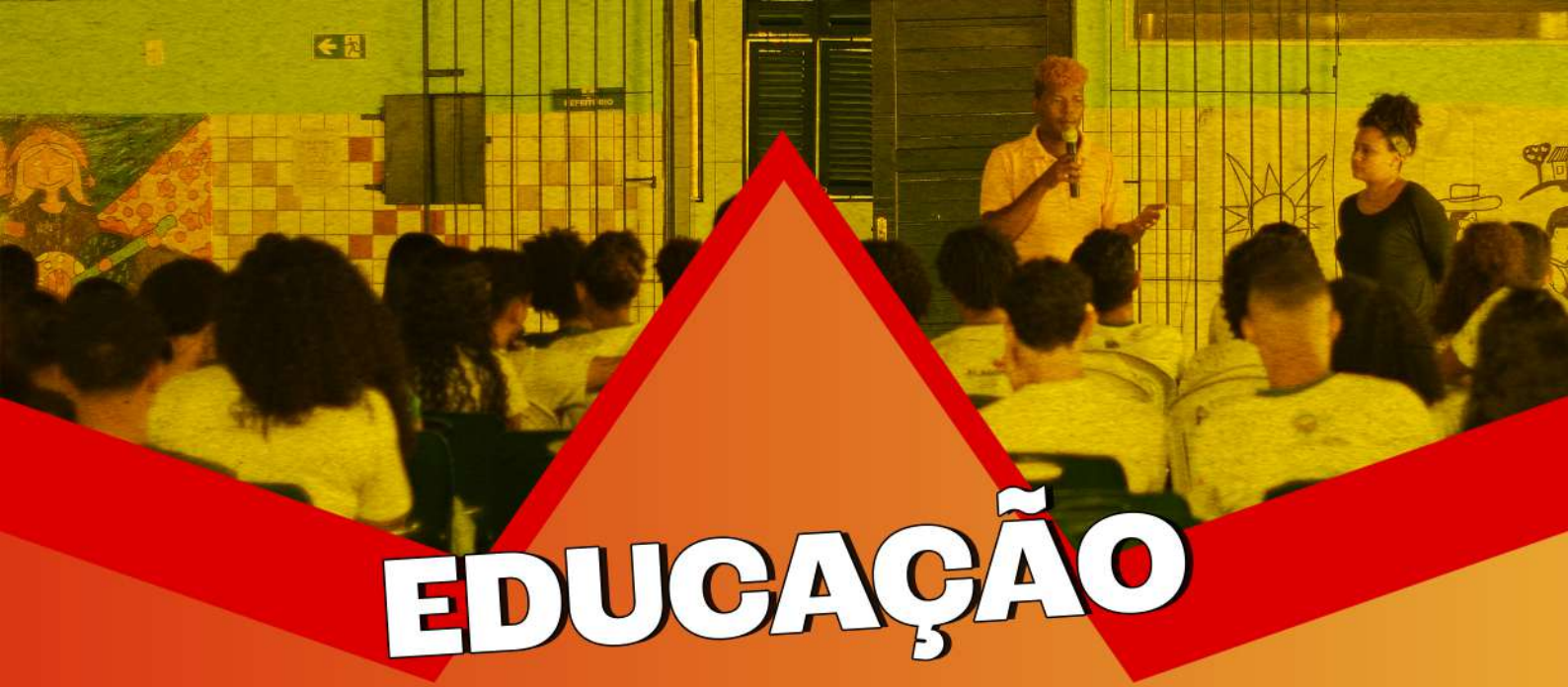
PARTICIPAÇÃO COLETIVA

Criar dispositivos de participação popular para a construção e o acompanhamento de um mandato coletivo, garantindo a participação dos diversos segmentos da sociedade alagoana;

Realização de consultas públicas nas periferias de Maceió e de outros municípios para a elaboração de um plano de mandato colaborativo contínuo para a proposição de políticas públicas;

Realização de fóruns de debates sobre Alagoas, articulados às demandas das diversas comunidades tradicionais de Alagoas;

Produção de Diagnóstico Coletivo sobre as realidades sociais de Alagoas, principalmente sobre as populações negras, LGBTQIA+ e mulheres.



EDUCAÇÃO

Formação continuada de professores e gestores da Educação Estadual em Gênero e Relações Étnico-Raciais;

Inserir no Plano de Carreira dos Professores pontuação para os profissionais que participarem de cursos nas áreas de Gênero e Relações Étnico-Raciais;

Apoiar professores da Rede Estadual em torno das pautas dirigidas às melhores condições de trabalho e remuneração;

Inserir ainda mais no Currículo da Educação Estadual as questões de Gênero e Relações Étnico-Raciais;

Criar o Programa Reexistência nas Escolas Estaduais, estimulando atividades culturais e formativas e garantindo a presença de profissionais da cultura no ambiente escolar;



Cobrar do Executivo Estadual a criação de mais unidades de creches CRIA nas periferias de Maceió;

Cobrar do Executivo Estadual melhorias nas Escolas Estaduais, com mais equipamentos e condições de trabalho para os trabalhadores da educação;

Definir em Lei o padrão de funcionamento e de equipamentos mínimos para o funcionamento das Escolas Estaduais, garantindo condições de vivência para servidores, alunos e familiares no ambiente escolar;

Cobrar do Executivo Estadual a construção coletiva, através das comunidades, de um Plano Estadual de Educação participativo;

Cobrar do Executivo Estadual mecanismos de monitoramento de compra de materiais e distribuição destinados às escolas;



Propor Lei que impeça o Estado de Alagoas de aderir ao modelo de Escola Cívico-Militar;

Cobrar do Executivo Estadual que os valores orçados para a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias sejam aplicados integralmente na educação, impossibilitando a realização de aportes financeiros para outras pastas;

Cobrar do Executivo Estadual a criação de um sistema de monitoramento dos transportes escolares, definindo modelos e sistemas de segurança para os estudantes e seus familiares;

Definir, por meio de Lei, a criação de políticas afirmativas para pais e mães de estudantes LGBTQIA+ na participação efetiva nos conselhos escolares das Escolas Estaduais;

Constituir políticas afirmativas para seleção temporária ou concursos públicos para professores e professoras transexuais na Rede Estadual de Ensino;



Cobrar do Executivo Estadual a criação de um programa de assistência voltado para alunos e alunas transgêneras nas escolas;

Criar, através de Lei Estadual, um Programa de Diversidade Religiosa para efetivação do Currículo Escolar, possibilitando que alunos e alunas tenham conhecimentos sobre a diversidade religiosa do nosso país;

Criação de Lei de Fomento à Literatura e Cultura, para que o Estado garanta que artistas e escritores recebam incentivo financeiro para difundir sua arte e suas produções literárias nas escolas do Estado, desde que sejam categorizadas na faixa etária escolar;

Cobrar do Estado de Alagoas a criação do Sistema Estadual Integral de Matrículas e Monitoramento de Evasão Escolar;

Criar programa de assistência social aos alunos vítimas da evasão e abandono escolar, obrigando o Estado de Alagoas a garantir a permanência dos estudantes e a assistir, através de programas, seus familiares.

Cobrar do Executivo Estadual a efetivação de um Plano de Atendimento Sociopsicológico para estudantes da Rede Estadual e seus familiares;



CULTURA

Cobrar do Executivo Estadual o impulsionamento das manifestações culturais negras nas escolas;

Criar políticas afirmativas para os editais culturais lançados pelo Estado de Alagoas, garantindo 50% dos recursos para negras e negros;

Formular uma política de formação cultural nas escolas estaduais;

Lei estadual que crie: A Casa da Cultura Negra, fortalecendo as memórias e as manifestações culturais da população negra e democratizando o acesso à cultura em Alagoas;

Propor ao Poder Executivo uma lei de fomento à literatura produzida por escritoras(es) negras(os);



Aprovar Lei que defina um calendário de atividades voltadas para as manifestações negras, definindo recursos direcionados na LDO do Estado;

Propor Lei estadual que obrigue que as escolas públicas e privadas tenham, nos currículos, debates sobre a cultura negra;

Propor Lei que crie a Comissão de Gestão dos Recursos da Cultura, que tenha caráter autônomo e deliberativo;

Propor Lei que obrigue o Estado de Alagoas a contratar, em eventos promovidos por ele, não menos que 50% de artistas de Alagoas;

Propor Lei que determine que artistas alagoanos não recebam menos de 40% em relação ao valor pago ao artista reconhecido nacionalmente em eventos promovidos pelo Estado de Alagoas;



Propor Lei que proíba o Estado de Alagoas de contratar artistas reconhecidos nacionalmente quando houver dívidas do Estado com artistas de Alagoas;

Propor Lei que crie o Fundo Estadual do Audiovisual, com previsão legal na LOA;

Propor Lei que crie o Dia da Cultura Negra de Alagoas, celebrado no dia e mês de nascimento da Mãe Vera, 04 de março.



POLÍTICA INTEGRAL PARA AS MULHERES

Debater políticas públicas para o bem viver das mulheres em Alagoas;

Defender os direitos das mulheres contra o avanço do conservadorismo em Alagoas;

Cobrar do Executivo políticas públicas efetivas para as mulheres trans e travestis de Alagoas;

Cobrar políticas públicas que garantam equidade de gênero no serviço público de Alagoas;

Cobrar do Executivo Estadual o combate aos estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação dos órgãos públicos;



Através do nosso mandato, garantir que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres não sejam violados por pautas conservadoras presentes na Assembleia Legislativa de Alagoas;

Cobrar do Executivo Estadual políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

Cobrar do Executivo Estadual o fortalecimento da Patrulha Maria da Penha e da Delegacia da Mulher;

Aprovar projeto de Lei que garanta equidade de gênero em nomeações realizadas pelo Executivo Estadual para cargos de comissão nos órgãos públicos do Estado;

Fiscalizar o Executivo Estadual quanto aos atendimentos de saúde garantidos para as mulheres através da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres;



Cobrar do Estado de Alagoas a realização de conferências livres da saúde das mulheres;

Cobrar do Estado de Alagoas a garantia de maiores recursos destinados à atenção das mulheres através da LDO;

Cobrar do Estado de Alagoas formação continuada aos servidores públicos para atendimento às mulheres nos órgãos estaduais;

Cobrar do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Saúde, que mulheres que tenham direito ao aborto tenham atendimento garantido, como rege nosso ordenamento jurídico;



Cobrar do Estado de Alagoas a criação de serviço de grupos de reflexão sobre a mulher, gênero, sexualidade e saúde mental nas unidades de atendimento do Estado;

Cobrar do Estado de Alagoas o fortalecimento do Programa de Doulas, para que possamos atingir uma quantidade maior de mulheres;

Cobrar o fortalecimento da Rede de Assistência de Saúde para mulheres.



POLÍTICA INTEGRAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Cobrar do Executivo Estadual formação continuada para profissionais da saúde, que vise combater as violências enfrentadas pelas mulheridades lésbicas e bissexuais;

Aprovar, através de Lei Estadual, a criação de cartilhas anuais e outros materiais informativo-pedagógicos sobre a saúde, tratamento e prevenção de ISTs das mulheridades lésbicas e bissexuais;

Aprovar lei de regulamentação obrigatória da visibilidade lésbica em todos os níveis que envolvem a saúde física e psicológica;

Aprovar lei de visibilidade das mulheridades lésbicas e bissexuais nas políticas de saúde e nos protocolos de atendimento;

Aprovar lei que crie protocolos para atendimento emergencial de mulheridades lésbicas e bissexuais vítimas de lesbofobia;



Aprovar lei que obrigue o Estado de Alagoas, através da Secretaria de Comunicação, a realizar campanhas informativas sobre os serviços existentes para a população LGBTQIA+;

Cobrar do Executivo Estadual formação profissional continuada, a partir de uma construção coletiva junto aos jovens gays e bissexuais, a fim de prevenir a violência no acesso às políticas públicas;

Cobrar do Executivo Estadual capacitação para os servidores públicos para atender às particularidades da população trans, promovendo a criação de ambientes de saúde inclusivos e seguros;

Aprovar projeto de lei que implemente mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar as políticas de saúde que atendem à comunidade trans;

Cobrar do Executivo Estadual a efetivação do ambulatório de saúde integral da população de travestis e pessoas trans, de modo a garantir cirurgias e hormonoterapia com a finalidade de reparar as disforias de gênero;

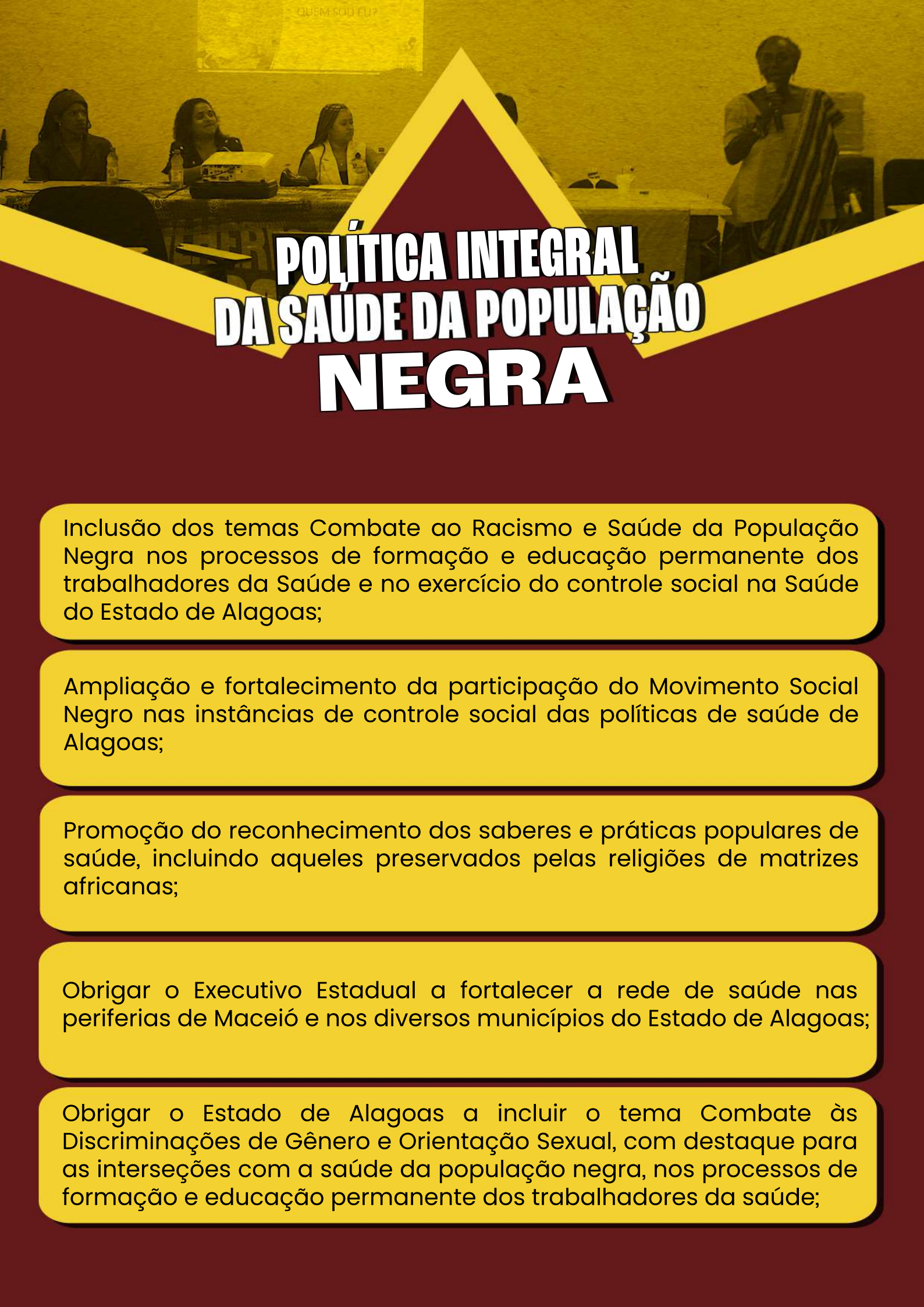


Cobrar do Executivo Estadual a realização de coleta de dados sobre o acesso à saúde pela população trans, a fim de orientar a elaboração de políticas públicas municipais de saúde;

Cobrar que todos os órgãos do Executivo Estadual, em seus protocolos de atendimento ao público, façam o devido registro de orientação sexual e identidade de gênero das pessoas atendidas;

Cobrar do Executivo Estadual que garanta visibilidade e inclusão dos jovens LGBTQIA+ com deficiência, através de políticas públicas de saúde que levem em consideração a tradução de materiais informativos para o sistema de escrita tátil, Braille e audiodescrição, bem como diretrizes que orientem a acessibilidade aos espaços de convivência e equipamentos de saúde;

Cobrar do Executivo Estadual a implementação de Centros de Referência LGBTQIA+ por toda Alagoas, que possam atender às demandas dos jovens LGBTQIA+ dos territórios periféricos e dos diversos municípios de Alagoas, garantindo o acesso à cena central das cidades e aos seus espaços, servindo como lugar de promoção de saúde a partir da convivência, produção e expressão cultural e formação para jovens LGBTQIA+, bem como para os diversos profissionais que trabalham com o acolhimento e atendimento dos jovens LGBTQIAPN+ em Alagoas.



POLÍTICA INTEGRAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Inclusão dos temas Combate ao Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da Saúde e no exercício do controle social na Saúde do Estado de Alagoas;

Ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde de Alagoas;

Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas;

Obrigar o Executivo Estadual a fortalecer a rede de saúde nas periferias de Maceió e nos diversos municípios do Estado de Alagoas;

Obrigar o Estado de Alagoas a incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;



Fiscalizar o Executivo Estadual no sentido de monitorar e avaliar as mudanças na cultura institucional, visando à garantia dos princípios antirracistas e não discriminatórios;

Debater maiores recursos destinados à Saúde da População Negra na LDO;

Monitorar as ações da Secretaria de Saúde às populações em Situação de Rua do nosso Estado;

Criar mecanismos sofisticados de acolhimento às pessoas em Situação de Rua;



Defender maior recurso na LDO para pessoas em Situação de Rua;

Defender a autonomia da Saúde do Estado de Alagoas, contra as terceirizações e privatizações do Sistema de Saúde;

Propor a criação do Conselho Estadual de Saúde da População Negra e Periférica;

Cobrar do Executivo Estadual a elaboração de materiais de divulgação visando à socialização da informação e das ações de promoção da saúde integral da população negra;

Defender uma gestão participativa das ações da saúde da população negra, para que os movimentos sociais negros tenham papel ativo.



SEGURANÇA PÚBLICA

Cobrar mudança da composição do Conselho Estadual de Segurança Pública, incluindo membros pertencentes aos Movimentos Sociais;

Propor Lei estadual que crie Corregedorias afastadas das instituições policiais, permitindo autonomia e evitando corporativismo;

Criar o Observatório das Ações Policiais em Alagoas;

Criar portal da transparência dos Policiais Militares em Serviço diário, para que a população, caso seja abordada com violência, possa realizar a denúncia com rapidez e assertividade na Corregedoria;

Fortalecer as unidades da polícia que possuem foco nos Direitos Humanos, como, por exemplo, a Patrulha Maria da Penha e o Policiamento Comunitário;



Obrigar maior carga horária em Direitos Humanos nos cursos de formação das polícias civil, militar e penal;

Propor a criação de ouvidorias estaduais da violência policial;

Cobrar do Executivo Estadual o fortalecimento das políticas públicas de prevenção à violência em Alagoas;

Aumentar imposto para compra de armas de fogo em Alagoas.



POLÍTICA DE ATENDIMENTO A SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cobrar do Executivo Estadual o fortalecimento dos mecanismos que integram a Saúde do Trabalhador;

Cobrar do Executivo Estadual maiores recursos na LDO para a Atenção Psicossocial de Alagoas;

Cobrar do Executivo o aumento da rede de atendimento psicossocial;

Definir critérios objetivos para destinação de emendas oriundas do Orçamento da Assistência Social e Saúde, observando o destinatário dos recursos e os projetos desenvolvidos;

Lutar pela garantia e ampliação de equipes multiprofissionais em nosso Estado;



Cobrar do Executivo a estruturação da rede de atendimento psicossocial de Alagoas, incluindo atenção psicossocial nos espaços comunitários e abertos, de forma humanizada;

Lutar com os servidores da Assistência Social e Saúde por um Plano de Carreira;

Cobrar do Executivo Estadual a criação do Centro de Convivência e Cultura, dentro da perspectiva da RAPS;

Fiscalizar recursos da Saúde e da Assistência Social e suas destinações;

Cobrar do Executivo Estadual maior investimento em Saúde.



EMPREGO, RENDA E AFROEMPREENDEDORISMO

Apoio para realização de feiras dos Afro Negócios, LGBTQIA+ e de mulheres;

Apoio aos Negócios Inovadores e Sustentáveis desenvolvidos pela população negra, LGBTQIA+ e de mulheres;

Discutir a criação, através da agência de fomento estadual Desenvolve, de linhas de crédito que possam beneficiar as populações negras, mulheres e a população LGBTQIA+;

Plano de desenvolvimento de marisqueiras(os) e pescadoras(es) da Lagoa Mundaú. Construção e desenvolvimento de redes de negócios;



Plano de reconhecimento e valorização dos pescadores;

Realização de concursos públicos em todas as áreas;

Cobrar redução progressiva dos contratos temporários, sendo substituídos por servidores públicos através de concurso público;

Fortalecimento de negócios promovidos pelos povos tradicionais.



ESPORTE E LAZER

Lei Estadual que garanta a liberação de recursos públicos destinados ao Esporte e Lazer para ações desenvolvidas por educadores populares, educadores físicos, capoeiristas e ex-atletas, que realizam trabalhos voluntários em todos os municípios de Alagoas;

Apoiar mecanismos de apoio ao esporte amador de Alagoas;

Apoiar a criação de mecanismos de apoio ao futebol feminino nas escolas estaduais.



 **@alyciabancadanegra**

 **@bancadanegra**

www.bancadanegra.com.br

Imagina a gente lá!

DEPUTADA ESTADUAL
Alycia 13300
DA BANCADA NEGRA

